

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.660.161 - SP (2020/0028248-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : GASPAR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E UTENSILIOS
LTDA
OUTRO NOME : ROSTON & BARROS LTDA
ADVOGADO : TATIANE MENDES FERREIRA - SP205788
AGRAVADO : CIELO S.A
ADVOGADO : ALFREDO ZUCCA NETO - SP154694

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por GASPAR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E UTENSILIOS LTDA e OUTRO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AÇÃO DE COBRANÇA - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIACÃO DE PAGAMENTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO - ALEGAÇÃO INICIAL DE FALTA DE REPASSE PELA RÉ DE VALOR DE TRANSAÇÃO COMERCIAL PAGA ATRAVÉS DE 2 CARTÕES DE CRÉDITO - JULGAMENTO DE PARCIAL PROCEDÊNCIA - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - MÉRITO - VENDA DE MÁQUINAS NO VALOR DE R\$600.000 REALIZADA POR TELEFONE - DESMEMBRAMENTO DO PAGAMENTO DA VENDA EM 2 CARTÕES DE CRÉDITO DE TITULARIDADES DIFERENTES (R\$30.000 EM CADA CARTÃO) - CONTESTAÇÃO DO CARTÃO BANDEIRA VISA DE UM DOS DÉBITOS REALIZADO ALEGANDO O TITULAR DO CARTÃO NÃO AUTORIZOU A OPERAÇÃO - LÍCITA SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA REFERIDA VENDA CONTESTADA - RISCO DO NEGÓCIO ASSUMIDO PELA PRÓPRIA AUTORA AO REALIZAR VENDA DE MAQUINÁRIOS DE ELEVADOS VALORES POR TELEFONE SEM ACAUTELAR-SE QUANTO A REGULARIDADE DE TODOS OS DADOS FORNECIDOS PELO COMPRADOR NOTADAMENTE A TITULARIDADE DOS NÚMEROS DOS CARTÕES FORNECIDOS POR TELEFONE NO ATO DA VENDA - OBRIGAÇÃO DA REQUERIDA DE REPASSE APENAS O VALOR DO DÉBITO NÃO CONTESTADO (R\$30.000) - RECURSO NEGADO

Quanto à **primeira controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a ocorrência de cerceamento de defesa, trazendo os seguintes argumentos:

Razão não assiste ao V. Acórdão, sendo que deveria a recorrida ter sido condenada ao pagamento da integralidade do valor, haja vista que todo ocorrido se deu única exclusivamente por sua culpa e decorrente disso em afronta a legislação federal. (fls. 376).

De plano, se faz mister apresentar que o V. Acórdão violou direito fundamental da recorrente, haja vista que além da prova produzida documental e testemunhal, ainda houve o pleito de produção de acesso a gravação dos fatos junto da recorrida, tanto na inicial às fls. 11, posteriormente em produção de provas, fls. 231/232, ratificada às fls. 236 e não fora produzida em 1ª Instância e não fora reconhecida no V. Acórdão, entendendo este neste sentido: (fls. 376).

[...] (fls. 376).

Assim, certo é que houve um cerceamento de defesa da recorrente quando do julgamento antecipado da lide em primeira instância sem a observância de todas as provas necessárias requeridas e em prazo produzidas e que fora ratificada no V. Acórdão conforme vimos acima, onde o mesmo entende despiciendo, porém essa prova de carreamento ao feito da fita de gravação entre as partes, em negócio onde tais fitas são produzidas exatamente com esse intento de servir de prova e mais, em situação onde se provaria que foi a própria recorrida quem violou seu contrato, e por conseguinte cabia o direito a cobrança pela recorrente, alteraria todo deslinde da lide e por si só demonstraria violação de demais dispositivos legais. (fls. 376).

Como o juiz tem sempre o poder de decidir quais provas são pertinentes ao feito, analisando o conjunto probatório existente nos autos, a Decisão que encerra a instrução deve ser razoável e devidamente fundamentada, sob pena de caracterizar a ocorrência de cerceamento de defesa. O que não vimos no caso em tela. (fls. 376).

[...] (fls. 377).

Assim, resta claro que houve expresso cerceamento de defesa da recorrente, onde com a fita de gravação trazida aos autos poderia se provar que houve diligência por parte desta na transação em questão e que foi a recorrida quem chamou para si todo risco da relação, violando ela mesma suas cláusulas contratuais acerca do tipo de procedimento. (fls. 378).

Quanto à **segunda controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 275 do CPC, trazendo os seguintes argumentos:

O cerne do processo que demonstra a violação da matéria legal e por conseguinte recurso a Essa Egrégia Corte é que é direito garantido legalmente a recorrente a propositura da ação de cobrança, devidamente fundada no então art. 275 do Código de Processo Civil, por ter demonstrado que o negócio realizado em data de 31 de outubro de 2014 e 1º de novembro de 2014, ainda que mediante venda à distância, foi cancelado, tendo sido estornado os pagamentos efetuados e suspenso os futuros, logo tendo agido a recorrida ao arrepio da Lei, garantido o direito da recorrente a cobrança pela via judicial, logo violado o então art. 275 do CPC, que restou mantido com o não provimento do recurso em questão (fls. 378).

Quanto à **terceira controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 373, II, do CPC. Sustenta que a recorrida nada provou nos autos, trazendo os seguintes argumentos:

De outra borda ainda violado o art. 373, inciso II do CPC, haja vista que como vimos na lide, a recorrida nada provou no feito, diverso da recorrente que farto rol probatório juntou para provar seu direito e ainda assim teve a seu favor o julgamento que acatou a suspensão/ estorno de R 9.300,00 (nove mil e trezentos reais). Certo é que não colacionando quaisquer provas de seu direito, o julgamento foi ao arrepio da Lei. (fls. 378).

Quanto à **quarta controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 422, 423 e 424 do CC, no que concerne à ausência de boa-fé na execução do contrato, trazendo os seguintes argumentos:

Ainda, foi discutida na lide que a recorrente havia tomado as cautelas necessárias no que tange a relação contratual entre as partes, sendo que a discussão quanto as cláusulas contratuais acerca do tipo de negócio foi expressamente debatida sendo que se tivesse sido colacionado a fita de gravação acima discutida, tal prova seria cabal no que tange a violação do contrato pela própria recorrida, visto que foi esta recorrida quem autorizou e liberou a venda, e todas as provas foram coligidas neste sentido. (fls. 379).

Assim, certo é que restam violados os arts. 422, 423 e 424 do Código Civil, vez que não foi observada na execução do contrato a boa-fé, e ademais este foi de adesão, não tendo meios da recorrente sequer questionar o mesmo, sendo que por si só referida cláusulas contratuais que violam o direito da recorrente quanto a situação negociai em questão, por terem sido de adesão são nulas. (fls. 379).

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira controvérsia**, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que

se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ademais, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Rejeita-se a preliminar de cerceamento de defesa.

Os elementos de prova constantes dos autos já se mostravam suficientes ao deslinde da controvérsia, não havendo falar em ofensa ao princípio do contraditório ou da ampla defesa pelo julgamento antecipado da lide, não demandando o processo a produção de outras provas, como referido.

Destaque-se, prescindível a produção da prova, consistente na juntada pela ré da gravação telefônica mantida entre funcionários das partes, porque tal prova não suplantaria a documental já constante dos autos (fl. 367).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)" (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à **segunda controvérsia**, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o artigo apontado como violado não tem comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não

permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Não se conhece do recurso especial, quando o dispositivo apontado como violado não contém comando normativo para sustentar a tese defendida ou infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, em face do óbice contido na Súmula n. 284 do STF" (AgInt no REsp n. 1.788.417/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 6/6/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.651.670/DF, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 18/6/2019; AgInt no REsp n. 1.689.883/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 14/6/2019; AgRg no REsp n. 1351593/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 12/3/2014; e AgRg no AREsp n. 197.224/SP, relatora Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE), Quinta Turma, DJe de 20/11/2012.

Quanto à **terceira controvérsia**, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Há nos autos elemento de convicção a evidenciar que a primeira transação, de 31/10/2014, teve contestada sua regularidade junto a administradora do cartão (VISA) pelo cliente José C M Vieira, residente no Estado do Rio de Janeiro, alegando desconhecer o negócio jurídico e não ter autorizado qualquer débito de tal valor no cartão (fl. 220), sendo lícita, portanto, a suspensão do repasse de tal venda contestada.

A autora assumiu o risco do negócio, ao realizar venda à distância, por telefone, de maquinários de elevados valores, sem acautelar-se quanto a regularidade de todos os dados fornecidos pelo comprador, notadamente sem certificar-se sobre a titularidade de ambos os cartões informados no ato da venda.

Conforme mencionado, a venda foi realizada a Francisco Goulart, residente em Valparaíso/GO, todavia, um dos números dos cartões de crédito declinados pelo comprador possuía titularidade diferente, sendo a segunda operação contestada por José C M Vieira, residente no Estado do Rio de Janeiro, que negou a autorização do débito.

Nesse panorama, de fato, não pode ser responsabilizada a ré CIELO pelo não repasse da primeira transação, contestada pelo titular do cartão, resumindo-se a obrigação da requerida a repassar apenas o valor do débito de R\$9.300,00, referente à transação realizada em 1/11/2014, conforme decidido na r. sentença (fl. 368).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à distribuição do ônus probatório das partes exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso

especial.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que “a alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária, no que diz respeito ao ônus da prova, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Precedentes (AgInt no AREsp 1.190.608/PI, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 24/4/2018).

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 916.627/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 17/10/2016; AgInt no AREsp 1.433.206/PR, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 25/6/2019; AgInt no AREsp 1.374.426/MS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 22/3/2019.

Quanto à **quarta controvérsia**, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstrou, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que “a argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula n. 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confiram-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente